

Mudança de Foco

Antes de comemorar a aprovação, em segundo turno, da reedição, com aumento, da CPMF, o governo deveria fazer uma autocrítica. Em primeiro lugar, porque, embora o imposto do cheque garanta praticamente metade do ajuste fiscal, a perda de oportunidade política para a sua aprovação no final do ano passado custou muito caro ao país.

Se a prorrogação, com aumento de 0,20% para 0,38% da CPMF, tivesse sido aprovada em dezembro, a cobrança em novas bases poderia começar automaticamente na última semana de fevereiro. Naquele mês a contribuição foi suspensa e imediatamente substituída pela incidência do IOF (nas mesmas bases) sobre as operações financeiras.

Entretanto, com a demora na aprovação das medidas centrais do ajuste fiscal, o governo passou aos banqueiros e investidores internacionais a percepção de perda da capacidade política para promover o equilíbrio das contas públicas.

Entre o adiamento da votação da CPMF em dezembro e a aprovação nesta quinta-feira, em segundo turno na Câmara, o país mergulhou numa grave crise que resultou na desvalorização do real e na perda da confiança e do poder de compra acumulados em cinco anos de estabilização.

A vitória tardia na votação da CPMF, o que só vai permitir que a nova alíquota seja aplicada em julho, pode ter contribuído para restaurar um pouco da credibilidade que o Brasil havia perdido junto aos banqueiros e investidores internacionais. Mas está longe de devolver tranquilidade ao contribuinte brasileiro.

Os brasileiros já perderam a esperança na capacidade governamental de promover duro e definitivo ajuste fiscal. Os sucessivos programas de ajustes, incluindo as 51 medidas aprovadas pelo

Congresso em dezembro de 1997, contemplam muito mais o sacrifício do contribuinte, forçado a pagar mais impostos (o que contraria a renda do setor privado e esfria a economia), do que o efeito do corte de gastos do governo.

O ajuste fiscal de R\$ 28 bilhões prometido ao Fundo Monetário Internacional não apresentou até agora nenhuma mexida substancial no gasto público. Não se percebeu qualquer ruptura com a estrutura de governo que o Brasil tem há anos e que é a matriz do descontrole do Estado, refletido no excesso sistemático de despesas sobre a receita.

O vício é antigo e passou do regime autoritário para a restauração democrática, porque a organização do Estado é de tal modo complicada que não há mecanismo de controle de cima para baixo. Quando era chefe da Casa Civil, o ministro Golbery do Couto e Silva determinou, como parte de um programa de "economia de guerra" lançado pelo governo Figueiredo, que as empresas, fundações e autarquias estatais suspenderiam a publicação de *house organs*. A ordem não saiu do papel.

Com a experiência de quem já cortou gastos na secretaria do Planejamento de São Paulo e no Ministério do Planejamento, o ministro José Serra nega procedência às reclamações de insuficiência de verbas na sua pasta: a burocracia se queixa da insuficiência de recursos, mas o que tem daria para as suas necessidades.

O ministro sugere que há espaço para o aperto sistemático nos gastos da administração pública. Com um pouco mais de eficiência pode-se fazer economia de custos. A Saúde e a Educação – as mais contempladas no Orçamento – provaram que é possível mudar o foco do ajuste. O contribuinte espera que o modelo se espalhe por todo o país.